

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA-MG

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020

JULGAMENTO DOS RECURSOS

Português

Agente de Biblioteca

Questões 02 e 05

O estudo dos encontros vocálicos e consonantais fazem parte do item “identificação de vogais e consoantes”, constante no Conteúdo Programático de língua portuguesa do Edital deste processo seletivo. Essa identificação consiste na classificação, por exemplo, de uma vogal como semivogal em uma sílaba. Basta uma rápida consulta a renomadas gramáticas do português brasileiro (nossa referência para a elaboração das questões) para verificarmos que as regras de classificação/identificação das vogais e consoantes inclui, além das vogais e semivogais, também o estudo dos hiatos, ditongos, tritongos e dígrafos.

Recurso indeferido.

Fisioterapeuta, Psicólogo e Técnico de Segurança do Trabalho

Questão 08

Em quatro gramáticas do português brasileiro consultadas (BECHARA, 2009, p. 117-118, CIPRO NETO, 2008, p. 220, FARACO E MOURA, 1997, p. 156, ROCHA LIMA, 2011, p. 116), bem como nos dicionários Aurélio, Houaiss e Aulete (versões digitais e físicas), o substantivo “cônjuge” é classificado como sobrecomum e, no caso, apresenta-se apenas no gênero masculino.

É importante observar que o VOLP (Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa), apesar de seus próprios autores não recomendarem o uso de seu conteúdo para fins de argumentação de recursos em processos seletivos, apresenta a mesma classificação. Sugerimos a consulta ao site oficial do mesmo, na opção “Busca no Vocabulário” (<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>).

Referências:

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CIPRO NETO, Pasquale. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 2008.

FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto de. *Gramática*. São Paulo: Ática, 1997.

ROCHA LIMA. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

Recurso indeferido.

Operador de ETE e Recepcionista

Questão 03

A palavra “creolina”, embora definida como “nome comercial”, pertence à língua portuguesa e, inclusive, está dicionarizada. Uma consulta aos principais dicionários do português brasileiro nos mostra que até mesmo sua classificação é a de “substantivo comum”, o que significa se tratar de nome genérico, de uso corrente (por ser um produto conhecido pelo público) e nem mesmo é grafado com inicial maiúscula – uma busca na internet é suficiente para obtermos uma lista de “creolinas” de marcas diversas. É uma marca registrada que se consagrou pelo uso, que se popularizou. Na teoria linguística, esse fenômeno é conhecido por metonímia (que é uma figura de linguagem): quando há a substituição do produto pela marca, como quando usamos “danone” para nos referirmos a qualquer iogurte, por exemplo.

A questão 03 versa sobre ortografia; portanto, para respondê-la satisfatoriamente, o candidato deveria mobilizar seus conhecimentos sobre as regras gramaticais de escrita, bem como seu repertório vocabular individual, adquirido ao longo tanto de sua trajetória de vida quanto escolar. Esse conhecimento é variável, de acordo com a experiência de cada pessoa com as palavras. Assim, a afirmação de que há uma “obrigatoriedade” de se conhecer ou não a escrita de uma determinada palavra com base no fato de a mesma ser um nome comercial ou até mesmo pertencer a uma área técnico-científica é equivocada e infundada, uma vez que o português brasileiro dispõe em seu léxico de inúmeras palavras do tipo e, afinal, somos, além de falantes/usuários da língua, consumidores; ainda, fazer tal afirmação é deslegitimar o conhecimento linguístico/lexical dos falantes brasileiros, algo que está, definitivamente, fora de nosso alcance, considerando-se a extensão territorial de nosso país e a diversidade cultural e educacional de sua população. É importante também lembrarmos que “creolina” esteve em evidência durante a pandemia, devido ao compartilhamento de uma fake news que afirmava que o produto curaria a covid 19, como mostram vários sites, nos quais a palavra aparece com letra minúscula, ou seja, em sua forma popular: <https://www.folhadelondrina.com.br/confere/ingestao-de-creolina-combate-o-coronavirus-3039071e.html>, <https://www.bahia.fiocruz.br/e-fake-que-produto-veterinario-creolina-cure-covid-19/>, <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2020/07/17/e-fake-que-produto-veterinario-creolina-cure-covid-19.ghtml>, <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/09/16/caiu-na-rede-e-fake-creolina-covid/>, etc.

(Na ocasião, as agências de checagem de fatos e internautas reuniram esforços para desmentir o boato, por se tratar de um produto extremamente prejudicial à saúde).

Podemos citar entre as marcas comerciais popularizadas em nosso léxico outras metonímias, também dicionarizadas, como “cotonete”, “gilete” e os também nomes comerciais “isopor”, “nylon” (port. “náilon”), “velcro”, “vaselina”, entre outros, todos devidamente registrados no INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial), porém usadas como substantivos comuns.

Sobre a palavra “maisena”: “Maizena” (com Z) é marca registrada e substantivo próprio (não podendo, dessa forma, ser usada de modo geral), grafada com inicial maiúscula e não dicionarizada. A grafia da palavra que significa “produto farináceo de amido de milho”, que pertence à nossa língua, é “maisena”, com S. É uma lógica diferente da palavra “creolina”: há várias marcas do genérico “creolina”, mas há apenas uma marca de amido de milho (maisena) chamada “Maizena”.

Recurso indeferido.

Matemática

Agente de Biblioteca

Questão 15

Atente-se que a taxa mensal é 0,8% e não 0,8. Daí, $J = 4800 \times 0,008 \times 30 = 1152$. A alternativa correta é a letra B.

Recurso indeferido.

Engenheiro Civil

Questão 13

Não há confusão no enunciado. Que diz: “Ele quer que os pacotes tenham a mesma quantidade de itens e que seja a maior quantidade possível”. “Seja a maior possível” refere-se à quantidade de itens, por isso no singular, caso a referência fosse aos pacotes, estaria no plural, ou seja, estaria escrito: “sejam a maior quantidade possível”. Sendo assim, não existe outra interpretação. O máximo divisor comum entre 112 e 70 é 14. Agora, $112 : 14 = 8$ pacotes de lápis. A alternativa correta é a letra B.

Recurso indeferido.

Questão 15

Permutação refere-se às diferentes maneiras de organizar um conjunto de objetos em uma ordem sequencial. Combinação refere-se a várias maneiras de escolher itens de um grande conjunto de objetos, de modo que sua ordem não importa. Como comissões se caracterizam pela natureza de seus elementos e não pela ordem deles, usa-se combinação. $35!/(5! 30!) = 324632$. Quanto a resolver essa questão sem calculadora, basta fazer simplificações. Alternativa correta, letra E.

Recurso indeferido.

Psicólogo

Questão 15

Combinação refere-se a várias maneiras de escolher itens de um grande conjunto de objetos, de modo que sua ordem não importa. Como comissões se caracterizam pela natureza de seus elementos e não pela ordem deles, usa-se combinação. $35!/(5! 30!) = 324632$. Alternativa correta, letra E.

Recurso indeferido.

Específicas

Agente de Biblioteca

Questão 23

A questão não cobra do candidato conhecimento acerca de uma versão anterior; ela versa especificamente sobre o formato de arquivo de texto do Microsoft Office. Ademais, como é esperado do candidato, a opção de salvar um arquivo em .doc é mantida nas versões mais recentes do Office para fins de compatibilidade.

Recurso indeferido.

Questão 28

No início da prova de informática é apresentado a versão do Office utilizada para atestar o conhecimento dos candidatos, no caso da prova específica, versão do Microsoft Office 365 foi a 2201 (build 14827.20192).

Recurso indeferido.

Questão 29

Atentar-se ao texto "Para responder às questões de informática, considere que todos os aplicativos e sistemas operacionais citados estão em português do Brasil e com suas configurações e instalações padrões. Ademais, considere que a versão do Microsoft Windows 11 é a 21H2 (build 22000.526) e que a versão do Microsoft Office 365 é a 2201 (build 14827.20192)", que foi indicado no início da prova de informática.

Como a prova foi baseada no Windows 11, sabe-se que não existe, por padrão, o aplicativo Outlook em sua instalação, este é parte do pacote Office comprado e instalado à parte. Portanto, não há a possibilidade de confundir o Outlook instalado por padrão no Microsoft Windows XP com o sistema operacional mais recente da empresa.

Recurso indeferido.

Engenheiro Civil

Questão 18

A questão foi elaborada tomando por base a versão revisada da lei 8.666/1993.

Na mesma o trecho foi cancelado: “§ 3º A concorrência é a modalidade de licitação cabível, qualquer que seja o valor de seu objeto, tanto na compra ou alienação de bens imóveis, ressalvado o disposto no art. 19, como nas concessões de direito real de uso e nas licitações internacionais, admitindo-se neste último caso, observados os limites deste artigo, a tomada de preços, quando o órgão ou entidade dispuser de cadastro internacional de fornecedores ou o convite, quando não houver fornecedor do bem ou serviço no País. “

§ 5º É vedada a utilização da modalidade convite ou tomada de preços, conforme o caso, para parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras ou serviços da mesma natureza que possam ser realizados simultaneamente ou sucessivamente, sempre que o somatório de seus valores caracterizar o caso de tomada de preços ou concorrência, respectivamente, nos termos deste artigo, exceto para as parcelas de natureza específica que possam ser executadas por pessoas ou empresas de especialidade diversa daquela do executor da obra ou serviço.

Além disso, a revisão de 2018 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9412.htm#art2), afirma que:

“c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e”

Assim temos que, para o uso de concorrência, deve se admitir valor maior de R\$3.300.000,00, portando a alternativa A está correta.

Recurso indeferido.

Questão 20

Conforme é solicitado no enunciado da questão, deveria ser aprontado “uma das alternativas de construção”, não necessariamente a afirmativa deveria prever a construção com aproveitamento máximo do terreno sob as condições definidas pelo plano diretor.

O próprio recurso apresenta que a taxa de ocupação é uma área de 87,50m², e sabendo que se trata de um sobrado, este teria área máxima de duas vezes a taxa de ocupação, totalizando área de 175m².

Portando a alternativa B está correta.

Conforme é solicitado no enunciado da questão deveria ser aprontado “uma das alternativas de construção”, não necessariamente a afirmativa deveria prever a construção com aproveitamento máximo do terreno sob as condições definidas pelo plano diretor.

O próprio recurso apresenta que a taxa de ocupação é uma área de 87,50m², e sabendo que se trata de um sobrado, este teria área máxima de duas vezes a taxa de ocupação, totalizando área de 175m².

Não é necessário especificar número de pavimentos, já que um imóvel com 3 pavimentos e aproveitamento máximo de taxa de ocupação excederia o coeficiente de aproveitamento.

Já a alternativa “D”: “Um sobrado com, no máximo, 75m² em cada pavimento.” está incorreta porque o máximo a ser edificado por pavimento é maior que 75m².

A única alternativa correta é a B.

Recurso indeferido.

Questão 25

A resposta correta é a alternativa “E” e não a “B” conforme consta no gabarito.

Recurso deferido, a resposta correta será alterada para a alternativa “E”.

Fiscal I

Questão 25

O comando da **questão 25** pede para o candidato identificar quais as prestações de serviço que constituem fatos geradores do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), o gabarito correto é a alternativa E: De transporte coletivo municipal rodoviário e a prestação de

serviços de Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia. Sendo a única alternativa correta, vejamos:

De acordo com a jurisprudência não pode incidir ISSQN em serviços tributados pelo ICMS, no caso do transporte coletivo interestadual e intermunicipal rodoviário este é tributado pelo ICMS, portanto não pode sofrer tributação do ISSQN, assim as alternativas A e B estão incorretas.

A Lei Complementar Nº 87 de 13 de setembro de 1996 que trata da competência dos Estados e do Distrito Federal em instituir o **ICMS**, em seu inciso III do Art. 2º dispõem o seguinte:

Art. 2º O imposto incide sobre:

(...)

III - **prestações onerosas de serviços de comunicação**, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza.

Assim, para a incidência do ICMS, é indispensável que vislumbremos o fornecimento, pelo contribuinte, dos meios materiais necessários para que a comunicação possa se estabelecer. Em outras palavras, deve haver um contrato **oneroso** que tenha por objetivo tornar possível uma comunicação.

As empresas de telefonia são contribuintes do ICMS Comunicação, por exemplo, por disponibilizarem aos usuários (receptores) a estrutura indispensável à comunicação, como fios, cabos elétricos e grandes antenas captadoras de sinal. Da mesma forma, as operadoras de TV a cabo também fornecerão, de maneira onerosa, todos os meios físicos para que a comunicação se estabeleça, devendo, portanto, recolher o ICMS.

Observa-se que não seria e mera comunicação o fato de gerar a incidência do imposto, mas, a prestação **onerosa** desse serviço. Ou seja, a incidência ocorre quando, em razão de negócio jurídico firmado entre particulares, com base no regime de direito privado, o serviço de comunicação for efetivamente prestado, sendo assim, as alternativas C e D citam o serviço oneroso de telecomunicação tornando-as incorretas.

Fonte: <http://consultormunicipal.adv.br/artigo/fiscalizacao-municipal/26-06-2019-os-servicos-de-comunicacao-e-a-incidencia-do-icms-ou-iss/>. Acessado em 28/02/2022;

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1996/leicomplementar-87-13-setembro-1996-370965-norma-atualizada-pl.html>. Acessado em 28/02/2022;

Constituição Federal de 1988;

Livro Tributos em Espécie, Revista, Ampliada e Atualizada, Antônio Augusto Dias Jr., Helton Kramer Lustoza e Eduardo M. L. Rodrigues de Castro.

Recurso indeferido.

Operador de ETE - SAAE

Questão 24

A questão está de acordo com o que foi cobrado no conteúdo programático (Anexo II do edital de concurso). Assim fica mantido o gabarito. Alternativa D.

Recurso indeferido.

Questão 25

A questão está de acordo com o que foi cobrado no conteúdo programático (Anexo II do edital de concurso). Assim fica mantido o gabarito. Alternativa E.

Recurso indeferido.

Psicólogo

Questão 24

A alternativa correta a ser assinalada letra B.

A questão não pede atribuição do SUS e sim, a competência do ente federativo.

Todas as ações estão no campo de atuação do SUS, porém cada esfera de governo possui uma função. É possível observar o verbo utilizado no início, o qual diferencia a sua competência e ação a ser realizada.

Capítulo IV

Da competência e das atribuições

Compete a direção Nacional do SUS:

X - **Formular, avaliar, elaborar** normas e participar na execução da política nacional e produção de insumos e equipamentos para a saúde, em articulação com os demais órgãos governamentais;

XVI - **normatizar e coordenar** nacionalmente o Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados;

Compete a direção Municipal do SUS

V - **Dar execução**, no âmbito municipal, à política de insumos e equipamentos para a saúde;

VIII - **gerir** laboratórios públicos de saúde e hemocentros;

Recurso indeferido.

Questão 27

A resposta correta é a alternativa “C”

Referência: DSM V.

Recurso indeferido.

Recepcionista

Questão 29

A única resposta que pode ser correta na questão é a alternativa “A”. A alternativa “D”, diz que a voz “poderá” ser clara, quando na verdade a voz “deverá” ser clara para o entendimento correto da pessoa do outro lado da linha. Assim fica mantido o gabarito. Alternativa A.

Recurso indeferido.

Técnico de Contabilidade

Questão 20

Segundo a NBC TSP 07, são custos diretamente atribuíveis ao ativo imobilizado:

Aquisição do equipamento	600.000,00
Honorários Profissionais	12.000,00
Frete e Manuseio (para recebimento e instalação)	13.000,00
Instalação e montagem	27.000,00
Preparação do Local	30.000,00
Testes para verificação se o ativo está funcionando corretamente	18.000,00
Total	700.000,00

Sendo assim, não há alternativa correta.

Recurso deferido, a questão será anulada.

Lençóis Paulista, 03 de março de 2.022

Banca Examinadora do Concurso Público nº 01/2020 de Carmo da Mata